

PRÁTICAS EXPERIMENTAIS III



**Segundo Bimestre
2023**

PRÁTICAS EXPERIMENTAIS III - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Apresentação e orientações gerais do caderno

Este caderno de Práticas Experimentais III é tão importante quanto o volume anterior, pois também procura conduzir os estudantes pelas etapas do processo de construção de conhecimento na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Porém, distintamente da Situação de Aprendizagem prévia, que pretendia ensinar a cientificidade de nossa área de conhecimento mediante a escrita de uma petição, a proposta deste bimestre visa desenvolver consciência crítica acerca experiência contínua que a cidadania exige, que é a de reivindicar constantemente os direitos e participar das ações e dos espaços público-institucionais de construção de um mundo melhor.

Enfim, para que os estudantes possam continuar executando, praticando, exercitando, aplicando os procedimentos cognitivos que compõem, junto com as competências socioemocionais, o currículo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do estado de São Paulo, será necessário, mais uma vez, percorrer e planejar com eles cada um dos momentos das atividades propostas nesta Situação de Aprendizagem.

SUMÁRIO

Situação de Aprendizagem – Possibilitando, ainda, um outro mundo.....	2
Quadro síntese.....	2
Atividade 1 – Levantamento de ações possíveis.....	3
1º momento: Problematizando a participação e a sua margem de ação.....	3
2º momento: Sugerindo ações.....	5
Atividade 2 – Compreensão das formas de participação social.....	7
1º momento: Conhecendo alguns instrumentos legais.....	7
2º momento: Identificando algumas formas de participação social.....	8
3º momento: Definindo as melhores hipóteses.....	8
4º momento: Defendendo as melhores hipóteses.....	10
Atividade 3 – Acompanhando a demanda peticionada.....	11
1º momento (exemplo I): Buscando informações no site da instituição, órgão ou entidade.....	1
1	
2º momento (exemplo I): Esboçando mensagem com os colegas.....	11
3º momento (exemplo I): Validando a mensagem com toda a turma.....	12
4º momento (exemplo I): Descobrimo outros meios de contato com a instituição, órgão ou entidade.....	12
Atividade 4 – Avaliação da aprendizagem.....	13

Situação de Aprendizagem – Possibilitando, ainda, um outro mundo

Neste volume, pensado particularmente para o segundo bimestre, os estudantes continuarão praticando a participação crítica e respeitosa no debate público, mas tal exercício de cidadania não ocorrerá mediante a elaboração de uma petição, como foi no primeiro bimestre. Ele ocorrerá mediante entendimento de que a cidadania exige constante envolvimento com os nossos direitos e reivindicações, por isso o objetivo da prática deste bimestre será planejar e executar ações de acompanhamento da demanda já peticionada.

Quadro Síntese

Competência: Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Habilidade: Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Eixo temático: Política e Trabalho.

Objetos de conhecimento: Os diferentes entendimentos sobre a democracia e as condições de cidadania na atualidade

Competências socioemocionais: Assertividade, Iniciativa Social e Empatia.

Aulas previstas: 2 aulas semanais durante aproximadamente 10 semanas.

Etapas da Situação de Aprendizagem

Atividade 1 – Levantamento de ações possíveis

Composta por dois momentos, a Atividade 1 procura problematizar a participação dos cidadãos nos espaços público-institucionais, demonstrando que ela requer, apesar dos limites que lhes são impostos, constante envolvimento, acompanhamento e reivindicação. Para tanto, confira a lista de materiais que serão necessários:

- 1) Projetores, computadores ou celulares com acesso à internet;
- 2) Impressora com tinta e sulfites;
- 3) Papéis para anotação (folhas almaço, sulfites, cadernos etc.);
- 4) Canetas, lápis ou lapiseiras.

1º momento: Problematizando a participação e a sua margem de ação

Estratégia de aula: leitura rotativa de textos e roda de conversa

Número de aulas previstas: 3 (três)

No primeiro bimestre, os estudantes elaboraram uma petição com o objetivo de desenvolver um mundo que possa corresponder aos seus próprios projetos de vida. Essa participação pode ser compreendida como uma forma de relação com o Estado, suas instituições, órgãos ou entidades, o que precisa ficar muito claro para os jovens. Eles precisam tomar consciência dessa relação, que não se encerra apenas no movimento de requisitar, demandar, solicitar, peticionar o que lhes é de direito. A participação crítica pressupõe um outro tipo de envolvimento com as questões públicas, o de manter-se atento aos rumos que são dados às demandas, aos direitos, às políticas e às governanças público-institucionais. Para isso compreenderem, propomos uma atividade inspirada na metodologia rotação por estação.

A seguir, há excertos que deverão ser disponibilizados em quatro estações. O objetivo da leitura é extrair respostas para três questões, que deverão ser compiladas numa tabela a ser projetada ou esquematizada na lousa (disponível em: <https://cutt.ly/B7aKrql>. Acesso em 03 abr. 2023). Mas, atenção, pois os trechos respondem mais uma do que outra pergunta. Por isso é realmente importante que circulem entre todas as estações, e, ao final, dialoguem entre si acerca de suas leituras.

ESTAÇÃO I

Leia o excerto para responder às questões da tabela disponibilizada por seu professor:

“Podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e Revolução Francesa (1789). Sua proposta mais funda de cidadania é a que todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna, de ser homem”.

Isso tudo diz mais respeito aos direitos do cidadão [...].

(MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania?*. Brasília-DF: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1996, p. 9)

ESTAÇÃO II

Leia o excerto para responder às questões da tabela disponibilizada por seu professor:

“Ele [cidadão] também deve ter deveres: ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembleias - no bairro, sindicato, partido ou escola. E mais: pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (em nível de grandes organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI)”.

(MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania?*. Brasília-DF: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1996, p. 9-10)

ESTAÇÃO II

Leia o excerto para responder às questões da tabela disponibilizada por seu professor:

“Para Marshall, a cidadania política na sociedade industrial moderna ou contemporânea (nós diríamos, sociedade burguesa ou capitalista) designa a participação do Povo – isto é, dos indivíduos que o compõem – no exercício do poder político. Tal participação concretiza-se, segundo Marshall, como exercício efetivo, por parte do Povo, do direito de escolher os seus governantes. E o exercício efetivo desse direito implica, de um lado, a existência de um processo eleitoral autêntico, supervisionado por instituições

judiciárias independentes, que garantam a correspondência entre os resultados das eleições e a vontade eleitoral da maioria social; de outro lado, a existência de governantes que de fato governem, o que supõe a presença de um Parlamento forte, efetivamente participante na tomada das grandes decisões nacionais.

(SAES, Décio A. M. de. "A questão da evolução da cidadania política no Brasil". História Política, *Estudos avançados*, 15 (42) • Ago. 2001, p. 380)

Estação IV

Leia o excerto para responder às questões da tabela disponibilizada por seu professor:

[...] A "participação do Povo no exercício do poder político" é, mais que uma realidade ou uma possibilidade, uma magnífica alegoria, que reproduz o princípio de funcionamento reivindicado e proclamado, porém não cumprido pelas instituições políticas capitalistas. Ou por outra: essa fórmula traduz um ideal político, mas não se presta à caracterização do funcionamento real do Estado capitalista. Os limites desse funcionamento são entrevistos até mesmo por um autor conservador como Gaetano Mosca. Nos seus *Elementi di scienza politica*, a cidadania política contemporânea se reduz, na melhor das hipóteses, ao exercício, por parte das massas, de uma influência periférica e marginal sobre os agentes tomadores das macro decisões políticas.

(SAES, Décio A. M. de. "A questão da evolução da cidadania política no Brasil". História Política, *Estudos avançados*, 15 (42) • Ago 2001, p. 381)

Depois dos estudantes responderem conjuntamente, é importante criar uma roda de conversa para que concluam que a participação social e política é uma das faces da cidadania. Como coloca Manzini-Covre, "só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão". Mas, embora isso, a participação encontra os seus limites na sociedade moderna, contemporânea, industrial ou capitalista. De acordo com Décio Saes, as possibilidades de participação dos espaços de tomada de decisões são muito marginais. **Ou seja, para os estudantes participarem social e politicamente e, desse modo, construírem um outro mundo possível, precisarão refletir sobre a margem que têm para acompanharem a sua petição e fazer valer o que nela solicitaram.** Este é o problema que os estudantes precisarão compreender antes de procurarem resolvê-lo ao longo do bimestre. Use a roda de conversa para uma reflexão como essa.

2º momento: Sugerindo ações

Estratégias de aula: reflexão em roda de conversa e grupos de trabalho

Número de aulas previstas: 2 (duas) aulas

Assim que os estudantes entenderem que a cidadania tem os seus limites, seria interessante levá-los a pensar sobre os limites que de fato têm, ou teriam, em vista da centralidade da instituição, do órgão ou do profissional para o qual endereçam a petição. **Trata-se de uma entidade ou pessoa tão central que os estudantes terão dificuldades no momento de acompanhar as suas demandas peticionadas?**

É importante que, neste instante de reflexão, a petição seja retomada criticamente, que seja revisitada em vista da margem de ação em relação à centralidade de quem a recebeu¹. Para tanto, peça para os estudantes disporem-se em círculo. Na sequência, provoque-os a pensar sobre a questão acima. Seus comentários precisam ser anotados na lousa, ou em qualquer outro lugar bem invisível, pois assim poderão observar muito amplamente a complexidade que é a participação nos espaços público-institucionais.

Para que as ideias dos estudantes não se percam, e possam ser utilizadas nas próximas etapas, oriente-os a desfazer essa grande roda de conversa e reflexão, e, na mesma aula ou em outra, formar grupos de trabalho a fim de que possam elencar hipóteses de como continuar reivindicando e acompanhando o que solicitaram. Para cada dificuldade por eles visualizada, os jovens deverão esboçar uma possível ação. Os registros de suas primeiras ideias podem ser feitos numa tabela muito simples como o exemplo que segue. Podem fazê-la numa folha de sulfite, cartolina, flip chart ou até mesmo no caderno, sempre cientes de que essas hipóteses precisarão ser melhor compreendidas e desenvolvidas nas aulas seguintes.

Grupo de trabalho: [nomes dos estudantes] ²	
Dificuldades no acompanhamento e na garantia da demanda peticionada	Possibilidades de acompanhamento da demanda peticionada

¹ Se a petição foi construída, mas não foi remetida, basta cumprirem com a atividade pensando na instituição ou sujeito que, hipoteticamente, receberia o documento.

² Disponível para impressão em: <https://cutt.ly/o7aV27d>. Acesso em 05 abr. 2023.

--	--

Atividade 2 – Compreensão das formas de participação social

A Atividade 2 está dividida em quatro momentos, cuja finalidade é avaliar se as sugestões de acompanhamento e reivindicação da demanda peticionada correspondem com os mecanismos legais que garantem a participação dos cidadãos em diferentes esferas do poder e da administração pública. Para tanto, confira a lista de materiais necessários:

- 1) Projetores, computadores ou celulares com acesso à internet;
- 2) Caderno ou outros papéis;
- 3) Canetas, lápis, lapiseiras etc.

1º momento: Conhecendo alguns instrumentos legais

Estratégia de aula: aula expositivo-dialogada Número de aulas previstas: 1 (uma)

A participação é legalmente garantida de diferentes formas aos cidadãos. Aos trabalhadores e empregadores, por exemplo, é assegurada a participação nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários são objeto de discussão e deliberação (Cf. Artigo 10, Constituição Federal, 1988. Disponível em: <https://cutt.ly/e7iQOLM>. Acesso em 04 abr. 2023).

Embora o planejamento das políticas sociais seja responsabilidade do Estado, o Artigo 193 da Constituição Federal define que a sociedade pode participar dos processos de formulação, monitoramento, controle e avaliação dessas políticas. Essas participações podem se dar mediante conselhos e comitês de caráter mais consultivo ou deliberativo.

No caso dos usuários de serviços públicos, por exemplo, a participação deles na administração foi assegurada pelo Artigo 37 da Constituição Federal, mas as regras estão definidas em lei específica (Disponível em: <https://cutt.ly/K7e8OEU>. Acesso em 03 abr. 2023). É o Artigo 7º da Lei 13.460/2017 que obriga os órgãos e as entidades a informar a “previsão do prazo máximo para a prestação do serviço”, “a previsão de tempo de espera para atendimento” e os “mecanismos de comunicação com os usuários”. Ou seja, por força de lei, os cidadãos têm por direito conhecer os canais de comunicação pelos quais poderão buscar dialogar a respeito dos serviços e da qualidade deles. Isso pode ser uma informação altamente relevante para os estudantes que endereçam suas petições a algum órgão público. O ideal é fazer uma exposição dialogada, procurando sondar a profundidade dos conhecimentos dos jovens acerca desses instrumentos legais

e, se for o caso, mediar o processo de aproximação e conhecimento dos mecanismos de participação garantidos em lei.

2º momento: Identificando algumas formas de participação social

Estratégia de aula: jogo da palavra ausente

Número de aulas previstas: 1 (uma)

Para promover a aprendizagem dos mecanismos de participação social garantidos em lei, o professor e outros atores da escola devem facilitar o acesso dos estudantes a versões impressas ou digitais da Constituição Federal (Disponível em: <https://cutt.ly/s7a14ru>. Acesso em 05 abr. 2023) e da Lei 13.460/2017 (Disponível em: <https://cutt.ly/K7e8OEU>. Acesso em 03 abr. 2023). Esses materiais serão relevantes para que consigam responder a um jogo conhecido como palavra ausente. De forma muito básica, os estudantes precisarão ler os artigos abordados no jogo³ e, na sequência, identificá-los antes de arrastá-los para os espaços em branco.

Os estudantes podem acessar, individualmente ou em grupos, o jogo por meio deste link ou QR Code:



<https://wordwall.net/pt/resource/54820319>

3º momento: Definindo as melhores hipóteses

Estratégia de aula: pesquisa em grupos de trabalho

Número de aulas previstas: 3 (três)

³ Os Artigos 10, 37, 82 e 193 da Constituição Federal; o Artigo 7º da Lei 13.460/2017.

Após os estudantes entenderem que a participação social é garantida em lei, é importante dar-lhes um tempo para que, em grupos de trabalho, revejam o quanto as suas hipóteses de reivindicação e acompanhamento das demandas peticionadas estão legalmente previstas. Isso os ajudará compreender não só os caminhos já imaginados para acompanharem as suas demandas, poderá fazê-los visualizar outros caminhos. Ou seja, poderão repensar se as suas ideias são de fato as melhores, e, em caso contrário, redefini-las. É um momento para pesquisa nos documentos oferecidos anteriormente e em outros.

Feito isso, proponha aos grupos de trabalho que criem duas colunas ao lado da tabela em que esboçaram suas primeiras ideias, assim poderão definir algumas ações imprescindíveis, bem como o prazo para realizá-las. Por exemplo, se existe a determinação de que órgãos e as entidades devem informar os “mecanismos de comunicação com os usuários” (cf. Lei 13.460/2017), é interessante que prevejam um momento para conhecerem os canais das instituições, órgãos ou entidades para as quais peticionaram. Somente após isso poderão saber os procedimentos que precisarão adotar para acompanhar os resultados de suas solicitações. Colocamos dois exemplos a seguir:

EXEMPLO I

Grupo de trabalho: Pedro, Mariana, Victor, Giovanna.			
Dificuldades no acompanhamento e garantia da demanda peticionada	Possibilidades de acompanhamento da demanda peticionada	Detalhamento das ações de reivindicação e acompanhamento	Quando realizar
Não foi dado um prazo de resposta para a petição	Escrever e-mail para a ouvidoria solicitando um posicionamento.	Buscar o endereço eletrônico da ouvidoria no site da instituição ou entidade.	Na próxima semana
		Esboçar mensagem em conjunto com os colegas	Dentro de, no máximo, quinze dias
		Validação da mensagem com toda a turma	Dentro de, no máximo, quinze dias
	Na impossibilidade	Descobrir outros	Em um mês

	de escrever e-mail, ou na ausência de resposta, tentar contato via telefone ou aplicativos de mensagem.	meios de contato com os funcionários do órgão.	

EXEMPLO II

Grupo de trabalho: Pietro, Isadora, Maria Eduarda, Bruno.			
Dificuldades no acompanhamento e garantia da demanda peticionada	Possibilidades de acompanhamento da demanda peticionada	Detalhamento das ações de reivindicação e acompanhamento	Quando realizar
A demanda não foi atendida integralmente.	Escrever nova petição com outros argumentos para órgãos hierarquicamente superiores.	Compreender a estrutura organizacional da instituição ou entidade	Nos próximos dias.
		Buscar vias de contato	Até o final do mês.
		Esboçar nova petição	Até o dia 5 do próximo mês.
		Validar com todos da turma	Dois dias após o esboço finalizado.
		Remeter aos servidores responsáveis	Até três dias após validação pelos colegas.
...

4º momento: defendendo as melhores hipóteses

Estratégia de aula: exposição de propostas
Número de aulas previstas: 2 (duas)

Depois de todos os grupos terem construído de forma mais detalhada suas ações, é importante definir em conjunto com eles um cronograma de apresentações. Cada grupo precisará apresentar uma ou, no máximo, duas ideias de como continuar reivindicando e acompanhando as ações para construção de um mundo melhor e possível. Por fim, precisarão decidir por uma das propostas e, na sequência, realizá-las ainda neste bimestre.

Atividade 3 – Acompanhando a demanda peticionada

A Atividade 3 deverá ser dividida conforme o planejamento dos estudantes para acompanhar as suas solicitações. Isto é, os momentos da Atividade 3 devem garantir tempo para a realização de suas propostas, que, de um ponto de vista conceitual, podemos compreender enquanto expressão prática de suas participações sociais. Nos exemplos acima, teríamos quatro e cinco momentos, visto que a escrita de um e-mail ou a de uma nova petição preveem, respectivamente, esses números de atividades. A lista de materiais necessários também dependerá das ações planejadas. O que se segue, então, são algumas ideias de como apoiar os estudantes do exemplo I.

1º momento (exemplo I): buscando informações no site da instituição, órgão ou entidade

Estratégia de aula: pesquisa com suportes informáticos
Número de aulas previstas: 1 (uma)

Para que os estudantes consigam um posicionamento da ouvidoria da instituição ou entidade para a qual peticionaram, não será necessário que toda a turma se envolva com isso. Os estudantes podem manter os seus grupos, e, nesse sentido, dividirem-se para executarem concomitantemente as suas ações de acompanhamento e reivindicação. Ou seja, enquanto um grupo busca por um contato com a ouvidoria, outros iniciam propostas de esboços de e-mails. Se assim se organizarem, será importante terem um momento para se falarem entre si, informando sobre o caminhar de suas responsabilidades.

2º momento (exemplo I): esboçando mensagem com os colegas

Estratégia de aula: escrita colaborativa em grupo
Número de aulas previstas: 2 (duas)

Enquanto um grupo trabalha em prol de conseguir um meio de dialogar com a ouvidoria da instituição, um ou mais de um dos grupos podem esboçar a mensagem que endereçarão. Nesse caso, os estudantes, que já fizeram a escrita colaborativa da petição, poderão repetir (se for o caso, aprimorar) a estratégia que utilizaram. No volume anterior deste caderno (disponível em: <https://cutt.ly/o7ifkwa>. Acesso em 04 abr. 2023), propomos, primeiramente, que fizessem a estrutura textual numa tabela e que, na sequência, organizassem as informações usando um editor de texto online. Isso pode ser adaptado para a escrita do e-mail em formato de requerimento.

Saiba mais!

Para orientar os estudantes durante a escrita de um requerimento, acesse este link e conheça o que é, como se faz e alguns exemplos desse documento: <https://cutt.ly/x7ibvdk>. Acesso em 04 abr. 2023.

3º momento (exemplo I): validando a mensagem com toda a turma

Estratégia de aula: exposição de proposta
Número de aulas previstas: 1 (uma)

O processo de validação dos esboços produzidos pelos estudantes será muito simples. Basta separar um momento para que cada grupo exponha a mensagem a toda a turma, e, ao final, deixar um tempo para que se manifestem a favor da que melhor representar a forma de se dirigir à ouvidoria da instituição ou entidade.

4º momento (exemplo I): descobrindo outros meios de contato com a instituição, órgão ou entidade

Estratégia de aula: pesquisa com suportes informáticos
Número de aulas previstas: 1 (uma)

No caso de não terem muito sucesso com o requerimento enviado por e-mail, os estudantes devem iniciar uma pesquisa de outros meios de contatar a instituição e seus servidores. Nesse caso, as condições e a organização dos estudantes dependerão do contexto escolar, dos alinhamentos com a direção, a coordenação pedagógica e, quando possível, com o grêmio estudantil. O ideal é que as decisões referentes ao acompanhamento partam dos estudantes, assim poderão se sentir protagonistas (mentores e executores) de todo o processo.

Atividade 4 – Avaliação da aprendizagem

A Atividade 4 procura dar espaço para os estudantes pensarem reflexivamente sobre o seu percurso e de seus colegas ao longo do bimestre. Para este momento, os estudantes precisarão apenas de:

- 1) Folhas pautadas;
- 2) Canetas, lápis ou lapiseiras;
- 3) Borracha.

Estratégia de avaliação: roda de conversa, autoavaliação e avaliação por pares

Número de aulas previstas: 2 (duas)

Antes dos estudantes realizarem a autoavaliação que propomos para este momento, sugerimos fazer uma roda de conversa. A ideia é que usem esse tempo para relembrem-se das atividades do bimestre, e, mais do que isso, de como elas procuraram dar continuidade aos seus esforços de transformações do mundo contemporâneo, o que foi iniciado com a escrita de uma petição.

Feito isso, os estudantes precisam **avaliar o quanto foram colaborativos entre si, se engajaram com os demais no acompanhamento de suas demandas, portanto o quanto demonstraram, na prática, uma importante dimensão da cidadania, que é “a prática da reivindicação, da apropriação de espaços”, como coloca Manzini-Covre (1996).**

Por fim, e após o professor dar à aula um tom de diálogo e de trabalho colaborativo, a turma pode trocar as suas autoavaliações para que sejam comentadas. Ouvir os colegas e seus posicionamentos pode ser uma forma – caberá ao professor avaliar – de ajudar os demais a pensarem sobre as suas próprias experiências de aprendizagem. Será muito interessante mesmo se conseguirem reconhecer que suas impressões, considerações, opiniões serviram para inspirar o entendimento de outros sobre os seus próprios percursos!